SUMÁRIO

INT	RODI	JÇÃO	19	
Caf	rítulo	I – JUSTIÇA	27	
1.1	A JUS	STIÇA E A LEGITIMAÇÃO DO DIREITO	27	
1.2	JUST	IÇA E SUAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE	34	
1.3		, NSÕES DA JUSTIÇA		
	1.3.1	Dimensão de postulado	45	
	1.0.1	1.3.1.1 Postulado da coerência na criação do Direito ou justiça do siste-		
		ma	46	
		1.3.1.2 Postulado da coerência na aplicação do Direito	52	
		1.3.1.3 Postulado da razoabilidade	54	
	1.3.2	Dimensão fática	58	
	1.3.3	Dimensão valorativa	61	
	1.3.4	Dimensão principiológica	69	
1.4	CON	CEITO DE JUSTIÇA	86	
1.5	CON	CEPÇÕES DE JUSTIÇA	94	
	1.5.1	Justiça formal	117	
	1.5.2	Justiça concreta	125	
	1.5.3	Justiça material ou substantiva	136	
1.6	TIPO	S DE JUSTIÇA	138	
	1.6.1	Justiça natural	149	
	1.6.2	Justiça geral	153	
	1.6.3	Justiça particular	156	
		1.6.3.1 Justiça distributiva	159	
		1.6.3.2 Justiça comutativa (corretiva e retificadora)	164	
Caf	ÝTULO	II – DEFINIÇÃO DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	169	
2.1	NOÇ	ĎES INTRODUTÓRIAS	169	

2.2	O CONTEXTO DA JUSTIÇA NA TRIBUTAÇÃO					
	2.2.1	Justiça e tributação no Estado Patrimonial	171			
	2.2.2	Justiça e tributação no Estado Liberal	191			
	2.2.3	Justiça e tributação no Estado Social	199			
2.3	TEOF	RIAS DE JUSTIFICAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO	202			
	2.3.1	Teorias do beneficio				
		2.3.1.1 Teoria clássica do benefício	206			
		2.3.1.2 Refutação da teoria clássica do benefício	214			
		2.3.1.3 A teoria do benefício renovada	216			
	2.3.2	Teorias do sacrificio	219			
	2.3.3	Teoria do interesse	225			
	2.3.4	Teoria da capacidade contributiva	227			
2.4	JUST	IÇA TRIBUTÁRIA E JUSTIÇA FISCAL: DISTINÇÕES	238			
2.5	JUST	IÇA TRIBUTÁRIA	240			
	2.5.1	Justiça nas espécies tributárias	269			
		2.5.1.1 Critério de justiça tributária que rege a distribuição do ônus nos				
		impostos	270			
		2.5.1.2 Critério de justiça que rege os tributos vinculados	277			
	2.5.2	Critério de justiça que rege a repetição do indébito	283			
	2.5.3	J , 1 & ,	287			
	2.5.4	Teleologia da justiça e da justiça tributária	291			
	2.5.5	Justiça na instituição e majoração de tributos	306			
		2.5.5.1 Na instituição de tributos com fins fiscais	315			
		2.5.5.2 Na instituição de tributos com função extrafiscal	316			
	2.5.6	Justiça na aplicação do Direito	320			
2.6	SUJEITOS DA JUSTIÇA					
	2.6.1	Justiça tributária sob o ponto de vista dos indivíduos (contribuintes)	332			
	2.6.2	Justiça tributária sob o ponto de vista do todo: coletividade	335			
	2.6.3	Justiça tributária sob o ponto de vista da coletividade dos emprendedores				
		(partes)	338			
2.7	ÁRBITROS DA JUSTIÇA					
	2.7.1	A justiça do Poder Legislativo				
	2.7.2	A justiça do Poder Judiciário	345			
	2.7.3	A justiça do Poder Executivo	355			
		2.7.3.1 Administração Pública, justiça e lei	355			
		2.7.3.2 Justiça tributária e juridicidade	359			
2.8	JUSTIÇA TRIBUTÁRIA SOB UMA PERSPECTIVA INTERTEMPORAL 3					
	2.8.1	Justiça e tempo	371			
	282	Justica tributária no tempo	373			

				ea em tempo socialmente útil			
	2.8.4	, ,	-				
	2.8.5	Injustiça	a <i>ex nunc</i> e	ex tunc	382		
2.9	JUST	USTIÇA TRIBUTÁRIA SOB UMA PERSPECTIVA ESPACIAL					
	2.9.1	Equidad	le entre Reg	iões	384		
	2.9.2	Equidad	le entre naç	ões e justiça tributária internacional	387		
CAI	ρίτιπ Δ	III _ FI	NDAMEN	TOS DO PRINCÍPIO DA JUSTIÇA			
					391		
3.1	INTR	ODUÇÃ	.O		391		
3.2	FUNI	DAMEN'	TOS NORI	MATIVOS DIRETOS	392		
	3.2.1	Preâmbi	ulo, princíp	ios fundamentais, direito e garantias fundamentais	392		
3.3	FUNI	DAMEN'	TOS NORI	MATIVOS INDIRETOS	397		
	3.3.1	Os fund	amentos da	justiça tributária deduzidos das normas constitucio-			
		nais sup	eriores	/	397		
		3.3.1.1	Princípio o	do Estado de Direito	399		
		3.3.1.2	Princípio o	do Estado Social de Direito	415		
		3.3.1.3	-	da separação dos Poderes: limitação dos poderes pela ção	420		
		3.3.1.4	-	democrático: projeto coletivo de autogoverno dos li-			
				ais	425		
		3.3.1.5	Princípio o	da dignidade da pessoa humana	433		
		3.3.1.6	A liberdad	le e seus princípios	437		
			3.3.1.6.1	Princípios da liberdade enquanto gênero	437		
			3.3.1.6.2	Princípio da liberdade para o exercício de qualquer trabalho, oficio ou profissão			
		3.3.1.7	Princípio o	da proteção da propriedade			
		3.3.1.8	_	da igualdade			
			3.3.1.8.1	Estrutura da igualdade	453		
			3.3.1.8.2	A igualdade na Constituição Federal de 1988	455		
		3.3.1.9	Princípio o	do respeito e proteção dos Direitos Fundamentais	462		
	3.3.2	Os fund	lamentos do	o princípio da justiça tributária induzidos de regras			
		constitu	cionais		464		
		3.3.2.1	Legalidad	e	466		
		3.3.2.2	_	competência	474		
		3.3.2.3	Irretroativ	idade	477		
Cal	PÍTULO	IV – CO	NTEÚDO	DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	485		
4.1	CAPA	CIDAD	E CONTR	IBUTIVA	489		
	4.1.1	Breve in	ntrodução		489		

	4.1.2	Reconhe	ecimento do	princípio nas Constituições modernas	494	
4.2	CONCEPÇÕES DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA 5					
	4.2.1	Capacid	ade contrib	utiva objetiva ou absoluta	506	
	4.2.2	Capacid	ade contrib	utiva subjetiva ou relativa	510	
	4.2.3			utiva numa imposição em específico e capacidade	514	
4.3	FUNC		•	HADAS PELO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE		
1.5	CON	rribut:	IVA		515	
	4.3.1	Função	de pressupo	sto ou fundamento para tributação	515	
	4.3.2	Função	de critério d	le graduação dos tributos	517	
	4.3.3	Função	de limite		519	
4.4	LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR E CAPACIDADE CONTRI- BUTIVA					
	4.4.1	Proibiçã	o do excess	50	523	
		4.4.1.1	Controle of	do excesso pelo teste de proporcionalidade e seus		
			principais	aspectos	526	
		4.4.1.2	Não confis	sco		
			4.4.1.2.1			
		4.4.1.3	, .	olíticas		
	4.4.2					
		4.4.2.1		e existência física		
		4.4.2.2		le existência humana digna	551	
		4.4.2.3		o do mínimo existencial não se confunde com o direi- ções no IRPF	554	
		4.4.2.4		damento para as deduções do Imposto de Renda Pes-	556	
		1 1 2 5		?	336	
		4.4.2.5		xistencial, tributação indireta e os meios disponíveis proteção	557	
			4.4.2.5.1			
			4.4.2.5.2	Proteção por isenções concedidas no âmbito de pro-	302	
			11.1.2.3.2	gramas sociais: Estado Unidos	567	
			4.4.2.5.3	Proteção pela imposição diferenciada a depender do		
				contribuinte: (Japão)	568	
			4.4.2.5.4	Proteção pela concessão de créditos de natureza		
				compensatória: o cashback (Canadá)		
	4.4.3		•	aldade		
		4.4.3.1		de discriminação arbitrária	575	
			4.4.3.1.1	Leis concessivas de benefícios não isonômicos que excluem (ou não incluem) contribuintes em situação	5 01	
			11212	Norma inconstitucional por omissão parcial		
			T.T.J.1.∠	indina inconstitucional poi dinissad palcial	202	

SUMÁRIO 17

			4.4.3.1.3 Fat taxes e sugar taxes	585			
		4.4.3.2	Proibição de privilégios odiosos	589			
			4.4.3.2.1 Previsão constitucional	590			
			4.4.3.2.2 Fringe benefits	594			
			4.4.3.2.3 Pejotização	596			
	4.4.4	Imunida	ides	597			
	4.4.5	Proibiçã	to de proteção insuficiente	600			
4.5	CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E POSSIBILIDADES FÁTICAS						
	4.5.1	Da cláusula "sempre que possível" 60					
	4.5.2	Capacid	lade contributiva nas taxas e nas contribuições de melhoria	611			
	4.5.3	Eficácia		616			
4.6	SUBPRINCÍPIOS DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA						
	4.6.1	Princípi	o da generalidade	618			
	4.6.2	•	o da pessoalidade				
	4.6.3	Princípi	o da universalidade	628			
	4.6.4	Princípi	o da neutralidade	630			
4.7	SUBF	PRINCÍP	IOS DE NATUREZA TÉCNICA	637			
	4.7.1	Seletivi	dade	637			
	4.7.2	Não cumulatividade					
	4.7.3	Proporcionalidade 6					
	4.7.4	7.4 Progressividade					
		4.7.4.1	Fundamento teórico	657			
		4.7.4.2	Limite inerente a estrutura e a natureza do tributo	675			
		4.7.4.3	3				
	4.7.5		destino				
		4.7.5.1	1 ,				
			A imunidade do IPI nas exportações e suas condições				
4.8	EQUIDADE						
	4.8.1	Equidad	le legal	696			
		4.8.1.1	1				
		4.8.1.2	, J , E				
		4.8.1.3	Interpretação benigna da lei tributária				
		4.8.1.4	Equidade dulcificadora				
		4.8.1.5	Cláusulas de equidade				
4.9	JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E POSSÍVEIS CONFLITOS COM OUTROS PRINCÍPIOS JURÍDICOS						
	4.9.1	Capacid	ade contributiva e praticabilidade	709			
		4.9.1.1	Justiça tributária, presunções e ficções				
			4.9.1.1.1 Justica tributária e as presunções legais	716			

	4.9.1.1.2 Justiça tributária e as ficções legais	721
4.9.1.2	Justiça tributária, capacidade contributiva e extrafiscalidade	725
CONCLUSÃO		729
REFERÊNCIAS		743